

Procuramos destacar neste estudo o conceito e alcance dos princípios jurídicos; sua importância como fonte do próprio direito; sua dimensão enquanto subsídio essencial capaz de fomentar o trabalho hermenêutico dos juristas e julgadores.

Com especial ênfase, analisamos os princípios aplicáveis ao regime contratual.

Os princípios da autonomia da vontade, da supremacia do interesse público e da força obrigatória dos contratos, em verdade, entrelaçam-se para assegurar ao regime contratual justo equilíbrio.

A igualdade de tratamento nas relações jurídicas de direito privado é gênese dos quais os princípios invocados são reflexo.

Afinal, desde os primórdios dos ensinamentos de ARISTÓTELES a igualdade, enquanto princípio fundamental de todas as relações jurídicas, pressupõe dar a cada um aquilo que lhe é merecido na proporção de seus méritos e deméritos¹.

BIBLIOGRAFIA

1. ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Livro V.
2. BELMONTE, Alexandre Agra. *Instituições Cíveis No Direito do Trabalho*, Rio de Janeiro: Renovar, 1994.
3. CINTRA, A. C. de Araújo; GRINOVER, Ada P.; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*, 15.ª ed., São Paulo: Malheiros, 1999.
4. ESSER, Josef. *Princípio y Norma em La Elaboración Jurisprudencial Del Derecho Privado*, Barcelona, Bosch, Casa Editorial, 1961.
5. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da língua Portuguesa*, 2.ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
6. LEXENHAGEN, Antônio José de Souza. *Código Civil-Comentários Didáticos*, vol. 4 – Direito das Obrigações, São Paulo: Atlas, 1992.
7. MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*, 31.ª ed., 5.º vol., São Paulo: Saraiva, 1999.
8. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de Direito do Trabalho*, São Paulo: LTR, 1984.
9. WALD, Arnoldo. *Obrigações e Contratos*, 12.ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

MADE IN BRAZIL: **OU DA PRÉ-HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO** **TUPINIQUIM.**

Antônio Cavalcante da Costa Neto (*)

A TREZE DE MAIO

Em 1881 o Rio de Janeiro foi palco de dois importantes acontecimentos para a cultura brasileira: Machado de Assis publicava *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, uma das mais instigantes obras de nossa literatura e, naquele mesmo ano, a 13 de maio, nascia outro mulato genial: Afonso Henriques de Lima Barreto.

Exatos sete anos depois do nascimento deste último, foi assinada a Lei Áurea, fato evocado nostalgicamente por Lima Barreto:

“Estamos em maio, o mês das flores, o mês sagrado pela poesia. Não é sem emoção que o vejo entrar. Há em minha alma um renovamento; as ambições desabrocham de novo e, de novo, me chegam revoadas de sonhos. Nasci sob o seu signo, a treze, e creio que em sexta-feira; e, por isso, também à emoção que o mês sagrado me traz, se misturam recordações da minha meninice.

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço.

(...)

Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos.

Era bom saber se a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na consciência de todos a injustiça originária da escravidão.

(*) Antônio Cavalcante da Costa Neto é Juiz Titular da Vara Trabalhista de Areia-PB, professor da UEPB, autor de artigos publicados em revistas especializadas e do livro “Direito, mito e metáfora: os lírios não nascem da lei”.

Quando fui para o colégio, um colégio público, à Rua do Resende, a alegria entre a criança era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado.

A professora Dona Teresa Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, a quem muito deve o meu espírito, creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: livre! Livre!

Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitação aos propósitos da nossa fantasia.

Parece que essa convicção era geral na meninada, porquanto um colega meu, depois de um castigo, me disse: ‘Vou dizer a papai que não quero voltar mais ao colégio. Não somos todos livres?’

Mas como estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!...”(1980: 48-9).

Enredados ainda nas teias de que fala o cronista carioca, os juristas reafirmam a importância da Lei Áurea para o Direito do Trabalho *made in Brazil* e, em geral, relegam o estudo das relações de trabalho em nosso país no período anterior a 1888. Evaristo de Moraes Filho, por exemplo, diz concordar com Cesarino Júnior, quando este remete toda a eventual legislação anterior à Lei Áurea à pré-história do Direito do Trabalho brasileiro. O 13 de maio, assinala Evaristo, “marca o fim do regime escravocrata entre nós e a virada brusca para a urbanização, o trabalho livre, o incremento da industrialização, com as conseqüências que daí se originam de formação do proletariado, constituição do movimento sindical e das agitações das idéias sociais. Com *Sérgio Buarque de Holanda*, diremos que ‘1888 é o marco divisório entre duas épocas — o instante talvez mais decisivo em toda a nossa evolução de povo’ (1978: 156).

Entretanto, é preciso ponderar que essa “pré-história” merece um pouco mais de nossa atenção. Ao Direito do Trabalho não deve interessar apenas o estudo do ordenamento positivo, nem somente dos preceitos surgidos após a Revolução Industrial, centrados na concepção de uma prestação de trabalho supostamente livre. Daí a razão destas ligeiras meditações, que convidam a um novo olhar sobre a “pré-história” do Direito do Trabalho no Brasil.

NETOS DE MAVUTSINIM.

Descobertas arqueológicas confirmam a existência de grupos humanos em nosso território há pelo menos dez mil anos. Todavia, não sabemos ainda o suficiente sobre a organização social desses nossos antepassados: de que jeito viviam, como trabalhavam, o que esperavam da vida.

Sua origem, também discutível, é assim narrada pelo mito dos Camaiurá:

“No começo só havia Mavutsinim. Ninguém vivia com ele. Não tinha mulher. Não tinha filho, nenhum parente ele tinha. Era só.

Um dia ele fez uma concha virar mulher e casou com ela. Quando o filho nasceu, perguntou para a esposa:

— É homem ou mulher?

— É homem.

— Vou levar ele comigo.

E foi embora. A mãe do menino chorou e voltou para a aldeia dela, a lagoa, onde virou concha outra vez.

— Nós — dizem os índios — somos netos do filho de Mavutsinim.” (Villas Boas, 1988: 57).

Os netos de Mavutsinim compunham diferentes nações. Ciro Flamarion S. Cardoso, Doutor em História pela Universidade de Paris, com base em estudos do historiador Francês Pierre Chaunu, afirma que a população da América Latina colonial formava zonas heterogêneas. A despeito da heterogeneidade, apresentava traços que a distinguiam dos europeus. Em linhas gerais, assim se caracterizava a organização social dos povos nativos: utilizavam-se de utensílios de pedra, osso e madeira — o metal (onde era conhecido) prestava-se para a confecção de armas e ornamentos; não empregavam o torno na fabricação de cerâmica; não faziam o uso utilitário da roda, o que se explica pela ausência de mamíferos de grande porte que pudessem ser domesticados, como atesta a carta de Caminha; não havia a associação entre a pecuária e agricultura, sendo esta última baseada no cultivo familiar; a organização comunitária normalmente fundava-se na propriedade comum do solo.

Mesmo não tendo o nível técnico dos europeus, os aborígenes dispunham de um grande acervo de conhecimento nas mais diversas áreas: ecologia, zoologia, botânica, anatomia, geologia, etc., o que era indispensável à sua sobrevivência. A ciência dos nativos, em determinados domínios do saber, sobrepujava a dos “civilizados”. É o caso do grande conhecimento que os pajés tinham da ação terapêutica das plantas medicinais. É provável, escreve Gilberto Freyre, “que nas mãos de um curandeiro indígena estivesse mais segura a vida de um doente, no Brasil dos primeiros tempos coloniais, do que nas de um médico do reino estranho ao meio e à sua patologia”(s.d.: 279). Pudera. Em plena Europa do século XVII, conforme escreve Richard Gordon, o médico era inútil, embora decorativo:

“Casaco de cetim abotoado, calça de couro até abaixo dos joelhos, meias de seda e sapatos com fivela, babados de renda, peruca inteira, balançando uma bengala comprida com cabo de ouro, cheio de vinagre aromático de Marselha. Era le vinaigre de quatre voleurs, a mistura eficaz usada por quatro ladrões de corpos aprisionados durante a epidemia de peste em Marselha e que nunca foram infectados. Era aspirado repetidamente para imunizar o médico contra a infecção e dar a ele tempo para pensar. A bengala tornou-se seu símbolo, a varinha mágica de Esculápio.”(1997: 85).

Gilberto Freyre também nos traz os principais traços da cultura das tribos do Nordeste, muitos deles extensivos a todo o território brasileiro, que foram assim resumidos por Thomas Whiffen, naquilo que este chamou de “cultura de floresta tropical”:

“...caça, pesca, cultura de mandioca, tabaco e coca, e em menor extensão de milho, inhame ou cará, jerimum, pimenta; os campos clareados a fogo (coivara) e cavados a pau e não a enxada; nenhum animal doméstico; toda vida animal aproveitada como alimento; uso do mel, havendo certa domesticação de abelha; a farinha ou o bolo de mandioca e

a caça pequena conservada em caldo grosso, apimentado — os dois alimentos de resistência; a raiz de mandioca espremida depois de embrulhada em palha ou esteira; a coca mascada e as sementes de mimosa usadas como rapé; o tabaco usado apenas como bebida e só em certas cerimônias; o conhecimento e uso do curare e outros venenos; uso da flecha, lança, arco e remo; captura de peixe pelo processo de lançar veneno na água, mas também pelo anzol, armadilha, rede e fiska denteada; hábito de comer barro; canibalismo; sinais por meio de tambores; decorações fállicas; redes de fibra de palmeira; árvores derrubadas por meio de cunhas, grande pilões de pau para pisar coca, tabaco e milho; freqüente deslocamento de habitações e de lavouras; comunidades inteiras numa casa só, grande e quadrangular, coberta de palha, quatro caibros sustendo-a no interior, sem chaminé; o terreno em redor da casa limpo, mas esta escondida no meio do mato e só acessível por caminhos e veredas confusas; nenhuma indumentária, a não ser de casca de árvore para os homens; pentes para as mulheres feitos de pedaços de palmeira; colares de dentes humanos; ligaduras decorativas para o corpo, fusos atravessados no nariz, chocalho atado às pernas, pintura elaborada do corpo; espécie de conferência ou conclave em torno de uma bebida negra, de tabaco, antes de iniciar-se qualquer empresa importante, de guerra ou de paz; couvade; proibição às mulheres de se associarem às cerimônias mais sérias e de estarem presentes às de iniciação dos meninos na puberdade; os nomes de pessoa não pronunciados alto e os dos caracteres míticos apenas sussurrados; importância da feitiçaria; fraudes grosseiras de feitiçaria; as doenças sugadas pelo feiticeiro, cuja principal função seria, entretanto, tirar espíritos maus; duas grandes cerimônias para celebrar épocas de colheita ou de amadurecimento de frutas, a da mandioca e a do abacaxi; os meninos cruelmente espancados nas cerimônias da puberdade; prova das formigas mordedeiras; os ressentimentos ou mágoas do indivíduo por ele formalmente apresentados ao grupo; uma espécie de dança de ciranda; gaita, flauta, castanholas e maracás; cada um dos grupos acomodados numa só acomodação, exógamo; descendência por via paterna; monogamia; cada habitação com um chefe, sendo o conselho formado por todos os adultos do sexo masculino; contos com semelhança aos do folclore europeu; contos de animais fazendo lembrar os do lore africano; o Sol e a Lua, venerados; os mortos, sepultados.” (apud Freyre, s.d.: 133).

PAPAGAIO REAL, PARA PORTUGAL

Um belo dia, porém, a tranqüilidade dos nativos deste paraíso tropical se viu ameaçada: — *Terra à vista!* gritou o marujo da gávea lusitana. E como os relatos da época, via de regra, são tendenciosos — afinal foram escritos pelo próprio punho dos aventureiros dalém mar —, não custa nada ouvir o testemunho bem humorado de um cronista genuinamente brasileiro:

“Corria o ano de 1498. Dia 1º de agosto, numa praia da Venezuela, perdido em divagações sobre a importância do fruto das palmáceas na problemática nutricional dos aborígenes, um índio tranqüilo ralava o seu coco matinal.

Nesta hora, rompendo a neblina que se formara à ourela da costa, seis caravelas se aproximaram da praia. O índio julgou reconhecer, na proa da nau capitânea, o cidadão que em 1492 descobrira Guanaani, uma ilha no mar das Caraíbas; um certo Comandante Cristóvão Colombo, que séculos depois, atingindo às culminâncias da glória, daria seu ilustre nome a uma confeitaria carioca.

Assustado com a perspectiva de os barcos despejarem alguns galegos na praia, o índio guardou o coco e se refugiou no matinho próximo. Não atinava com os motivos da gritaria feita pelos marinheiros. Que diabo teriam visto? Será que um índio honrado, de cócoras, ralando coco numa língua de pirarucu, era motivo para aquele escarcéu?

Só mais tarde, no rádio, ficou sabendo que o Comandante Colombo, genovês a serviço da Espanha, avistara naquela manhã o continente americano, e que os marinheiros gritavam e dançavam para comemorar a descoberta.

Escondido no matinho, o índio viu que a frota passava ao largo da praia, tomando o rumo do golfo do México. E ainda pode ouvir um papagaio esclarecido, no ramo torto da pitangueira vizinha, dizer para o companheiro, que se coçava irritado com um piolho:

- É, louro, começou a inana...

- Estava descoberto o Brasil.” (Reis, 1986: 7).

A presença do humor inteligente em nossas crônicas de viagem vem de longas datas; a referência ao papagaio esclarecido, também. O historiador e professor de Direito Pedro Calmon registra que desde a época colonial a poesia do nosso povo, através da malícia do papagaio loquaz, já satirizava os *mazombos* que “tudo pretendem levar a Portugal, e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira cousa que ensinam, é: papagaio real, para Portugal...

“Papagaio real,

Por Portugal,

Quem passa?

É o rei que vai à caça.” (1973: 13).

De fato, os *mazombos* recém-chegados à Pindorama entregaram-se avidamente à caça. Não apenas do papagaio senão de todas as riquezas que pudessem alcançar, e até do próprio índio. Em nome de Deus e da lei apoderavam-se do que podiam. E qual a lei que resolveram impor aos nativos? A lei que eles não de dar,

escreve o padre Serafim Leite, “é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do governador, fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois tem muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem e com esses padres da Companhia para os doutrinar”(apud Ribeiro, 1998: 51). Em outras palavras, a lei destinava-se a fazer o índio deixar de ser índio. Cuidaram logo de tachar de vagabundo o nativo que resistisse a esse extermínio cultural. E a pecha foi tão forte que chegou até os nossos dias. O antropólogo social Everardo P. Guimarães Rocha, realizando pesquisas em livros didáticos de história do Brasil, constatou que em alguns deles a imagem que se pinta dos índios é a de que eram incapazes de trabalhar nos engenhos de açúcar por serem indolentes. Ora, comenta aquele autor, “como aplicar adjetivos tais como ‘indolente’ e ‘preguiçoso’ a alguém, um povo ou uma pessoa que se recusa a trabalhar como escravo, numa lavoura que nem sequer é a sua, para a riqueza de um colonizador que nem sequer é seu amigo: antes, muito pelo contrário, esta recusa é, no mínimo, sinal de saúde mental”(1996: 16).

Embora acusados de indolentes, os escravos índios formaram a imensa maioria da mão-de-obra durante todo o primeiro século de colonização. Os aborígenes demonstraram vocação para diversos tipos de ofícios. A documentação colonial, embora escassa, revela “as aptidões dos índios para ofícios artesanais, como carpinteiros, marceneiros, serralheiros, oleiros. Nas missões jesuíticas tiveram oportunidade de se fazerem tipógrafos, artistas plásticos, músicos e escritores” (Ribeiro, 1998: 99).

NO TRONCO

A escravidão dos negros, mesmo alcançando uma dimensão bem maior que a dos índios, é igualmente pobre em documentos históricos. Como se não bastasse a escassez dessa documentação, conta-se que Rui Barbosa, quando ministro da Fazenda, mandou incinerar os arquivos da escravidão negra no Brasil. Motivo alegado: corte de despesas!

Apesar dessa literal queima de arquivo, muito da história dos negros africanos chegou até nós. Kabengele Nunanga, Doutor em Antropologia, noticia que os primeiros europeus a desembarcarem na costa africana, por volta do século XV, lá se depararam com sociedades com um nível de organização política bastante elevado. As monarquias eram formadas a partir de conselhos populares, em que havia representantes dos diversos estratos sociais. Em compensação, no que tange aos recursos tecnológicos, entre os quais estão os relacionados aos materiais bélicos, o desenvolvimento dos africanos era menor, o que se explica “pelas condições ecológicas, sócio-econômicas e históricas da África daquela época, e não biologicamente, como queriam alguns falsos cientistas” (1986: 8). Estes, atendendo aos reclamos da empresa colonial européia nas Américas, trataram de formular teorias em que os negros aparecessem como seres inferiores, destituídos de mentalidade lógica, o que foi decisivo para que se exumasse um tipo de relação de trabalho que parecia perdido no tempo. Fomos, então, protagonistas de uma sombria página de nossa história, que foi a escravidão do africano:

“Apresado aos quinze anos em sua terra, como se fosse uma caça apanhada numa armadilha, ele era arrastado pelo pombeiro – mercador africano de escravos – para a praia, onde seria resgatado em troca de tabaco, aguardente e bugigangas. Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. Metido no navio, era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço do seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. Escapando vivo à travessia, caía no outro mercado, no lado de cá, onde era examinado como um cavalo magro. Avaliado pelos dentes, pela grossura dos tornozelos e dos punhos, era arrematado. Outro comboio, agora de correntes, levava à terra adentro, ao senhor das minas ou dos açúcares, para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano. No domingo, podia cultivar uma rocinha, devorar faminto a parca e porca ração de bicho com que restaurava sua capacidade de trabalhar no dia seguinte até a exaustão.” (Ribeiro, 1998: 119).

Pelo tratamento dispensado aos escravos, muita gente tem a impressão de que estes eram mesmo um bando de bichos brutos. Gilberto Freyre, porém, afirma que muitos negros tinham hábitos higiênicos bem superiores aos dos portugueses, e alguns deles, além de alfabetizados, eram dotados de conhecimentos técnicos especializados. Segundo Freyre, “o Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manhas de massapê. Vieram-lhe da África ‘donas de casa’ para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos...”(s.d.: 330-1).

Além de tudo isso, os africanos trouxeram consigo uma longa experiência de agricultura de subsistência baseada na policultura, o que contribuiu para a melhoria do padrão alimentar da colônia, haja vista que a empresa colonial portuguesa, voltada para a monocultura exportadora, desprezava o cultivo de produtos agrícolas que pudessem alimentar a nossa população.

Nada disso, entretanto, parece ter sido levado em consideração. Fazendo um balanço sobre a escravidão no Brasil, Joaquim Nabuco chega à conclusão de que os negros, apesar de tudo o que representaram para economia brasileira, nada, ou quase nada, receberam como recompensa:

“Não pode ser objeto de dúvida que a escravidão transportou da África para o Brasil mais de dois milhões de africanos; que, pelo interesse do senhor na produção do ventre escravo, ela favoreceu quanto pôde a fecundidade das mulheres negras: que os descendentes dessa população formam pelo menos dois terços do nosso povo atual; que durante três séculos a Escravidão, operando sobre milhões de indivíduos, em grande parte desse período sobre a maioria da população nacional, impediu o aparecimento regular da família nas camadas fundamentais do país;

reduziu a procriação humana a um interesse venal dos senhores; manteve toda aquela massa pensante em estado puramente animal; não a alimentou, não a vestiu suficientemente; roubou-lhe as economias, e nunca lhe pagou os seus salários; deixou-a cobrir-se de doenças e morrer ao abandono; tornou impossíveis para ela hábitos de previdência, de trabalho voluntário, de responsabilidade própria, de dignidade pessoal; fez dela o jogo de todas as paixões baixas, de todos os caprichos sensuais, de todas as vinditas cruéis de uma outra raça”(1982: 61).

ENTRE O SENHOR E O ESCRAVO

Na sociedade colonial havia dois grupos com papéis bem definidos: os senhores e os escravos. Entre os dois havia um vácuo social ocupado por desvalidos de toda ordem, gente sem uma ocupação determinada, da qual fazia parte o escravo fugido ou alforriado, o esmoler, o vagabundo, etc. Era justamente essa massa “socialmente indefinida” que, compunha o grosso da população não sujeita ao jugo da escravidão, mas que dependia totalmente dos senhores do latifúndio:

“Na zona rural ela encontrava de vez em quando trabalho na qualidade de semi-escravos na época da colheita, ou tinha uma existência miserável na qualidade de agregados, moradores etc. e nas cidades viviam de esmolas ou de roubos. Em essência era um enorme exército de reserva do trabalho, que surgiu antes da criação de condições econômicas para seu emprego na produção...”(Koval, 1982: 51).

Mas não se deve imaginar que antes da abolição só houvesse no Brasil senhores, escravos e a tal reserva de trabalho de que fala Koval, pois além da monocultura agrícola destinada à exportação, existia uma economia periférica que empregava a mão-de-obra de sapateiros, ferreiros, alfaiates, pedreiros, e outros profissionais que trabalhavam em pequenas manufaturas. Estas, embora legalmente proibidas pela Coroa Portuguesa, surgiram em nosso país desde a época colonial. Portanto, o trabalho assalariado no Brasil não surgiu de repente, só depois da libertação dos escravos. Desde o Brasil-colônia ele já vinha se desenvolvendo e, como tudo o mais no país, ganhou nova dimensão a partir da segunda invasão portuguesa (1808), quando D. João VI e sua corte, acossados pelas tropas napoleônicas, escapuliram em debandada para o nosso território:

“O sábio rei sabia bem que seu reino prestante estava aqui. Assim é que, vendo Portugal invadido por Napoleão, veio ter aqui, tangendo sua mãe louca. Trouxe consigo o melhor da burocracia portuguesa. Foi um imenso empreendimento naval em que milhares de portugueses desembarcaram para o Brasil, disputando lugares a tapa nas naus inglesas convocadas para a operação. Sua influência foi prodigiosa.

O Brasil que nunca tivera universidades recebe de abrupto toda uma classe dirigente competentíssima que, naturalmente, se faz pagar apropriando-se do melhor que havia no país. Mas nos ensina a governar.” (Ribeiro, 1998: 157).

Ao mesmo tempo que nos ensinou a governar, essa classe dirigente vinda de Portugal preparou os caminhos para a emancipação política do Brasil. E com a independência, a mão-de-obra assalariada passou a ser empregada em maior escala.

Cumpre assinalar que, nos quase sessenta e seis anos que vão da independência à abolição formal da escravidão, muitos assalariados trabalhavam ombro a ombro com os negros cativos, o que contribuía para o aviltamento das condições de trabalho, principalmente quando se tratava de trabalhadores brasileiros, cujos salários eram ínfimos: “o mínimo de 300-320 réis por dia, o máximo de 1.200. Especialistas estrangeiros (por exemplo, na fábrica de armas em São Paulo), ganhavam até 2.000 réis por dia. A situação econômica dos operários, no total pouco se diferenciava das condições de vida dos escravos. Tanto uns quanto outros levavam uma vida miserável e semifaminta...”(Koval, 1982: 57).

Apesar dessas condições desfavoráveis, a gradativa evolução das relações de trabalho no Brasil até o advento da Lei Áurea, ainda que timidamente, foi preparando o terreno para a posterior implantação de novas relações aos moldes capitalistas, que só vão se firmar com a nossa industrialização, historicamente retardada.

PRA INGLÊS VER

E por falar em Lei Áurea, são discrepantes os números apontados pelas diferentes avaliações a respeito do contingente de negros introduzidos no Brasil em trezentos anos de escravidão. Vão desde pouco mais de três até cerca de quinze milhões. O certo é que o tráfico de escravos rendeu muito dinheiro, calculado em aproximadamente cento e sessenta bilhões de libras-ouro, que foram parar principalmente nas mãos dos empresários holandeses e ingleses.

No entanto, no momento em que não lhes interessava mais o tráfico, foram os próprios ingleses que tomaram a iniciativa de adotar leis no sentido de coibi-lo. Tanto que a primeira lei que proibia o tráfico de escravos no Brasil, como se sabe, não foi aprovada aqui, mas do outro lado do oceano.³

Mas a que se deve essa mudança de postura dos súditos da Coroa britânica? Será que, de repente, foram tomados por impulsos humanitários? Há fortes razões para se afirmar que não. Do ponto de vista estritamente financeiro e contabilístico, explica Caio Prado Júnior, “o trabalho escravo tornou-se mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo (além do risco da vida humana) — representa um adiantamento da longo prazo do sobretrabalho eventual a ser produzido — o assalariado fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo tornou-se incompatível com a escravidão — que permitindo dispensá-la, a exclui”(1994: 175).

Não se pode esquecer, obviamente, que a abolição dos escravos também decorreu da mobilização de parte da sociedade que se indignava contra aquele estado de coisas, bem como da árdua luta de muitos escravos, muitos dos quais se refugiavam nos quilombos.

³ Lei Bill Aberdeen, aprovada na Inglaterra, em 1845.
Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

Registre-se ainda que, na época, a imagem internacional do Brasil era um tanto incômoda. Os Estados Unidos já haviam abolido a escravidão em 1865. Na América só restavam Brasil e Cuba na condição de países escravocratas. Tudo isso contribuiu para que fossem sendo formadas em nosso país sociedades abolicionistas, e em algumas províncias os negros fossem libertados bem antes da Lei Áurea.

A REDENTORA E O MIJADOURO

O que acaba de ser dito não tem a intenção de esconder algum altruísmo da Princesa Regente, que teve sua parcela de contribuição na libertação dos escravos, nem tampouco desprezar a mobilização social em torno dessa questão, mas deixar claro que o fator preponderante para a abolição do regime escravocrata no Brasil foi o econômico

Claro que soa mais arrebatador envolver a abolição do cativeiro dos negros num halo de fascinação, vinculando-a ao coração generoso de uma bondosa princesa. Afinal de contas, princesa que se preze vira mito, e Dona Isabel foi a única que tivemos chance de venerar. Todavia, fora dos contos de fadas, príncipes e princesas não são tão encantados quanto se possa imaginar. Eles podem até ser flagrados cometendo atos que todo mortal está acostumado a realizar. Veja, por exemplo, a curiosidade a respeito da Princesa Isabel referida pelo cronista Rubem Braga. Estava ele folheando o Dicionário etimológico Antenor Nascentes quando fez uma interessante descoberta: não é que a pena de Sua Alteza, além de ter sido utilizada para imortalizar a Lei Áurea, também contribuiu para gravar no pergaminho a palavra mictório!:

“*A princesa e o mictório* — À primeira vista é absurdo ligar o nome da princesa Isabel, a Redentora, a que assinou a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil, a um vulgar mictório. Pois olhem o que diz Antenor Nascentes, em seu Dicionário etimológico da língua portuguesa, página 332 da primeira edição:

‘*Mictório* — Do lat. mictu(m), de mingere, mijar e suf. oriu. Neologismo criado quando a princesa imperial regente, dona Isabel, teve de sancionar uma postura da Ilustríssima Câmara Municipal acerca de mijadouros públicos. Figueiredo tira do lat. mictorui, que aliás é um adjetivo com o sentido de diurético’.

Falou.” (1990: 95).

Pois bem. Foi essa mesma Redentora que, afora a dos mijadouros, sancionou a lei dos escravos. E a 13 de maio, com toda pompa e circunstância que a ocasião exigia, deixamos para trás a pré-história e, como proclamam os doutos, ingressamos solenemente na história do Direito do Trabalho em nosso País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. *História da sociedade brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1986.
 BARRETO, Lima. *Literatura Comentada*. — São Paulo: Abril Educação, 1980.
 BRAGA, Rubem. *Recado de Primavera*. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1990.
 Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

- CALMON, Pedro. *História do Brasil na Poesia do Povo*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Trabalho na América Latina Colonial*. -Ed. Ática - S. Paulo, 1985.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*, 10 ed. Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1987.
- CESARINO JÚNIOR, Antônio Ferreira & CARDONE, Marly A. *Direito Social*. 2 ed. — São Paulo: LTr, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo, Círculo do Livro S.A.
- GORDON, Richard. *A assustadora história da medicina*. 8 ed. — Rio de Janeiro: Ediouro, 1997
- KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro*. - Ed. Alfa-Omega - S. Paulo, 1982.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *Introdução ao direito do trabalho*. — 2ª ed. — São Paulo: LTr, 1978.
- NABUCO, Joaquim. *Política*. Col. Grandes cientistas sociais, coord. Florestan Fernandes - S. Paulo: Ática, 1982
- NUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. — São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 41 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- REIS, Eduardo Almeida. *De Colombo a Kubitschek*. São Paulo, Círculo do Livro S.A., 1986.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. — S. Paulo: Círculo do Livro S.A., 1998.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães Rocha. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1996.
- SÜSSEKIND, Arnaldo, MARANHÃO, Délio & VIANNA, Segadas, *Instituições de Direito do Trabalho*, 14 ed., São Paulo: LTr, 1993.
- VILLAS BOAS, Orlando & Cláudio. *Xingu: os índios, seus mitos*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1988.

DESPERSONALIZAÇÃO OU DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Marcelo Duarte Lima (*)

I. Introdução

O Objetivo do presente trabalho é o exame do instituto da "despersonalização ou desconsideração da pessoa jurídica", tendo por supedâneo a previsão insculpida no artigo 28 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei 8078/90 e sua aplicação no Direito do Trabalho.

Trata-se de uma matéria de suma importância, pelo seu significado no combate àqueles que se escondem por trás da pessoa jurídica, com o objetivo de consumir fraudulosamente os direitos de terceiros, com graves prejuízos a terceiros.